

prognóstico do *Manifesto* sobre esse modo de produção que só se mantém através da transformação contínua das forças produtivas. Acirrando as contradições entre o progresso material e a apro-

priação privada, o capitalismo moderno está agora mais próximo do retrato esboçado pelo *Manifesto* do que em 1848. Cento e cinquenta anos depois, o texto poderá adquirir uma explosiva atualidade.

Maurício C. Coutinho

Marx: Notas sobre a teoria do capital.

São Paulo: Editora Hucitec, 1997 — 189 páginas.

Pedro Zahluth Bastos (grupo de estudos da obra de Marx no Cemarx, IFCH, mestre em Ciência Política e doutorando no IE/ Unicamp).

Complementando um esforço de reflexão sobre a economia política do século XIX cuja primeira publicação fora *Lições de economia política clássica*, Maurício Coutinho oferece-nos, agora, os resultados preliminares de suas reflexões sobre a teoria do capital em Marx. Digo “resultados preliminares” porque é assim que, modestamente, o autor busca apresentar seu trabalho: interessado na noção de capital em Marx por acreditar que nela residem as possibilidades mais frutíferas de confronto do pensamento marxiano com o pensamento econômico contemporâneo, alerta-nos de início que este confronto direto será deixado para trabalhos posteriores. O sentido de seu texto seria, então, o de ser uma introdução ao sistema econômico de Marx voltada a “estimular a leitura e a compreensão específicas do autor em seu contexto, o que é apenas um primeiro passo para um retorno crítico e abrangente à economia política de Marx”.

Sendo assim, o livro tem o intuito de descrever e reconstituir o núcleo básico do sistema marxiano, no que tange à teoria do capital. Sem ter a natureza de uma polêmica interpretativa, a exposição não é carre-

gada de debates com outros intérpretes, o que, se traz a vantagem de conferir objetividade e concisão ao texto, tampouco deixa claramente explicitadas as escolhas interpretativas feitas em relação a pontos de polêmica, entre os comentadores de Marx. Não obstante, não há como negar que a exposição de sua própria interpretação é de rara clareza.

Qual o objetivo que rege a organização da exposição de seus argumentos? Acredito que o autor procura organizar sua própria exposição de modo a reconstituir a lógica expositiva mediante a qual Marx, sem nos avisar, apresenta o capital como um sujeito reificado que, progressivamente, vai submetendo a totalidade das relações sociais de produção às suas determinações. Ainda que não haja, no livro, qualquer discussão a respeito dos métodos de investigação e exposição de Marx, é indubitável que o propósito de reconstituição da teoria do capital muito se beneficia da atenção especial que o autor confere à concepção expositiva que rege *O Capital*. Afinal, o professor Coutinho busca reproduzir esta concepção expositiva: depois de afirmá-lo como conceito, faz com que

o capital transite da condição de objeto da análise à de sujeito da exposição, agregando e impondo as determinações especificamente capitalistas, passo a passo, às relações sociais de produção consideradas — transformando-as “segundo seu bálsamo que a tudo banha”, na célebre formulação dos *Grundrisse*.

Esta concepção permite que o autor recorte, em sua interpretação da obra madura de Marx, os temas mais nucleares à reconstituição da teoria do capital, fazendo abstração daquilo que, para este objetivo, não lhe seria essencial: “a acumulação primitiva, as crises (inclusive a lei de tendência declinante da taxa de lucro), discussões mais específicas sobre dinheiro, a circulação (todo o conteúdo do segundo volume de *O Capital*), o capital comercial, a renda da terra, e a fórmula trinitária”. Sua reconstituição da teoria do capital tem o mérito de anteceder-se de um capítulo preliminar em que se discute, brevemente, o contexto histórico e intelectual em que Marx e Engels passaram a refletir sobre questões econômicas, os motivos pelos quais a economia política se-lhes tornou o campo de referência obrigatório para a crítica social, e as continuidades e descontinuidades entre suas primeiras obras e a formulação madura da teoria do capital.

Partindo da conclusão que, apesar de criticá-la, Marx e Engels não esposavam, em suas primeiras obras, um completo sistema teórico alternativo ao da economia política, o autor inicia sua reconstituição deste sistema teórico por onde Marx começa: a mercadoria. Faz algo que Marx não fez, entretanto: para evitar as confusões mais recorrentes que a primeira seção de *O Capital* impõe a leitores desavisados do peculiar método de exposição de Marx, alerta-nos que o

capital ainda não está posto, mas está pressuposto, de modo que a sociedade mercantil (simples) de que parte a exposição não teve qualquer existência histórica independente em relação às relações sociais dominadas pelo capital. Marx tampouco estaria em busca, ao contrário da economia política clássica, de um “valor” naturalmente intrínseco às coisas, previamente à efetivação das trocas, e de cuja mensuração física dependessem os termos de equivalência mercantil; estaria à busca, sim, de determinações abstratas posteriormente complexificadas com a exposição da teoria do capital. Afinal, a mercadoria, ou a forma-valor dos produtos do trabalho social, é uma categoria cuja determinação teórica não necessita que, de imediato, o capital já esteja posto: basta apontar o caráter reificado de relações sociais de produção que só se estabelecem por meio do intercâmbio de mercadorias para expor um “princípio teórico de sociabilidade” que não é senão reforçado à medida que o valor adquira autonomia e subjetividade, como capital.

Depois de analisar as tendências à autonomia que o dinheiro, enquanto tesouro ou meio de pagamento, já anuncia em relação à circulação mercantil voltada à satisfação de necessidades de consumo, o autor apresenta o capital a partir da transformação que ele opera sobre o ciclo da mercadoria, M-D-M; o ciclo D-M-D' exprime a imposição da finalidade de autovalorização do valor sobre as relações sociais mediadas pelo intercâmbio de mercadorias, no sentido em que as operações de compra e venda passam a representar os diferentes momentos assumidos pelo capital em valorização: o capital é apresentado como sujeito usurpador da finalidade de existência das diversas formas concretas que ele assu-

me, absorve e subjuga em seu movimento de auto-valorização. Como a esfera da circulação é o reino do intercâmbio de equivalentes, é preciso que o capital submeta a esfera da produção a seus desígnios, encontrando a força de trabalho como mercadoria à disposição na esfera de intercâmbio de equivalentes.

Posto analiticamente como sujeito usurpador, o capital torna-se o sujeito da exposição nos três capítulos seguintes (IV, V, VI): sucessivamente, ele subsume às suas finalidades o processo de trabalho (formal e realmente), em nome da extração de mais-valia absoluta e/ou relativa; o processo de reprodução da totalidade das relações sociais e das populações trabalhadoras das sociedades que submete; finalmente, a própria regra de intercâmbio, transformada que é para adequar-se à lei de apropriação capitalista — os preços de produção são os referentes de equivalência adequados à medida de comparação à qual as massas de capital investidas em setores físico-tecnicamente diferentes, de diferentes composições técnicas e orgânicas, são reduzidas, com a efetivação da venda de seus produtos e a redistribuição da mais-valia global — à taxa de lucro.

O capítulo de conclusão privilegia o capital a juros como expressão da culminância da dominação do capital sobre a vida social moderna, subsumindo, no limite, qualquer soma de dinheiro à condição de capital (de empréstimo) em potencial, e tendendo a duplicar qualquer ativo produtivo como ativo financeiro, submetido a um circuito de valorização especulativa autônomo (capital fictício). Com efeito, a universalização do valor-capital é produto do capital a juros, não sendo à toa que a narrativa expositiva do autor, comandada pela auto-exposição

do capital como sujeito usurpador de todas as relações sociais, termine com a discussão do capital a juros: “Primeiramente uma norma econômica mercantil, o valor transforma-se afinal em demiurgo da vida moderna. Se o sistema de crédito em si já difunde o valor, ao potenciar a produção em bases industriais, o capital a juros, de um modo geral, infunde valor ao tempo, a títulos, a direitos. Transforma o mundo moderno em um imenso sistema em que o acesso ao produto social, transcendendo leis de intercâmbio mercantil e leis de produção, subordina-se à valorização da riqueza, em si. O fetichismo do capital consagra o valor como objetivo universal”.

Para concluir, desejo enfatizar a relevância, para o estudo de Marx, daquela que é provavelmente a maior virtude do novo livro de Maurício Coutinho, além da habitual competência com a qual cada temática específica é abordada: a integração entre a exposição do conteúdo da teoria do capital, e a forma pela qual esta exposição é feita. Acredito, não obstante, que este ponto forte do livro poderia ser ainda mais fortalecido (talvez em futuras edições) caso o autor enfrentasse diretamente a questão da relação entre o método de investigação e o método de exposição em Marx, em particular naquilo que é tomado como um dos supostos não-explicados do livro: a importância da herança hegeliana na obra de Marx. Talvez uma discussão da temática do fetichismo, ainda que breve, ajudaria a dirimir outras confusões comuns na leitura de Marx (além daquelas que já são dirimidas), servindo para diferenciar, primeiro, a lógica de exposição e, segundo, o papel de sujeito (não apenas expositivo mas real) assumido pelas categorias reificadas de que Marx trata, em relação ao tratamento de Hegel e dos economistas políticos clássicos. Como já mostrou I.I. Rubin, o

fetichismo, na obra madura de Marx, trata não somente da reificação mistificadora das relações sociais, mas também da personificação real das coisas, e o tratamento aberto desta questão enriqueceria ainda mais a nar-

rativa expositiva do professor Coutinho, condensada que é em um livro conciso, claro e valioso — que, enquanto mercadoria de imenso valor de uso e baixo preço, deve ser comprada e lida sem demora.

Celso Frederico

Lukács - Um clássico do século XX.

São Paulo, Moderna, 1997. Coleção Logos.

Tânia Pellegrini (Departamento de Letras, UF de São Carlos, SP).

A crítica estética, nas suas várias vertentes, é um tema complexo e instigante, nunca suficientemente explorado pelo marxismo. Dentro deste, trata-se de um terreno um tanto acidentado, na medida em que a arte e a literatura guardam um grau de autonomia que muitas vezes não corresponde exatamente às injunções estruturais, passando a funcionar então, para o estudioso, como uma espécie de território desconhecido a desbravar, cheio de armadilhas, frestas e fissuras, em suma, de “inadequações”.

No entanto, é por esse terreno que o livro de Celso Frederico, *Lukács — Um clássico do século XX*, envereda, debruçando-se não só, mas principalmente, sobre a parte da obra do filósofo em que o problema da *forma literária* foi explorado à exaustão. Trabalho duplamente desafiador, na medida em que tenta traduzir a complexidade do tema para uma linguagem acessível aos não iniciados, pois o livro, sendo um paradidático, faz parte de uma coleção voltada sobretudo para um público de não especialistas.

Assim, seria fácil discorrer sobre vida e obra do teórico húngaro, deter-se um pouco mais nos fatores histórico-políticos, explicar um ou outro conceito mais

importante. Mas Frederico não faz esse caminho; prefere acompanhar o itinerário lukacsiano, buscando a “rara coerência entre as idéias e a vida do autor”, que não é aparente, pois Lukács procura, de uma certa forma, “reinventar o marxismo”, encontrando sua essência justamente na produção estética e literária, que não são os campos de eleição para o marxismo.

Sem desconsiderar, porém, uma necessária abordagem cronológica referente à vida e à produção de Lukács, Frederico acompanha sucessivamente sua fase pré-marxista, já marcada por um descontentamento angustiante com relação ao mundo burguês e a “árida realidade empírica”, alienada e alienante; enfoca, em seguida, a importantíssima obra *História e consciência de classe* (1923), surgida numa conjuntura marcada pelo impacto da Revolução Russa e pela esperança de que o processo se disseminasse por toda a Europa. Segundo Frederico, embora muito criticado no interior do Partido Comunista (a que se filiara o autor em 1918), devido à clara influência hegeliana de seu pensamento, trata-se do “livro de filosofia marxista mais importante do século”, a fonte na

BASTOS, Pedro Zahluth. Resenha de: COUTINHO, Maurício C. Marx: Notas sobre a teoria do capital. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, 189p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.6, 1998, p.155-158.

Palavras-chave: Teoria do capital; Economia Política; Pensamento Econômico Clássico.